

**Quadro Comparativo entre o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967,  
o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, e as Emendas da CCJ**

1

Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005	Emendas da CCJ
		<b>EMENDA Nº 1 – CCJ</b> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, a seguinte redação:
Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.	Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, <b>que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores</b> , para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que <b>impliquem na suspensão do</b> oferecimento da merenda escolar.	Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida, <b>pelo prefeito</b> , de recursos <b>provenientes</b> do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que <b>comprometa o</b> oferecimento da merenda escolar.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		<b>EMENDA Nº 2 – CCJ</b> Dê-se ao inciso XXIV do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, a seguinte redação:
	Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido de inciso XXIV e de § 3º, com a seguinte redação:	
Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:  .....	“Art. 1º ..... .....	
	<b>XXIV – aplicar indevidamente os recursos destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que implique a</b>	<b>XXIV – deixar de aplicar ou aplicar indevidamente recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar</b>

**Quadro Comparativo entre o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967,  
o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, e as Emendas da CCJ**

2

Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005	Emendas da CCJ
	<u>suspensão do oferecimento da merenda escolar, ou deixar de prestar contas dos recursos aplicados, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa.</u> .....	(PNAE), <b>comprometendo o oferecimento de merenda escolar, ou deixar de prestar contas desses recursos, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa.</b>
	§ 3º Na hipótese do inciso XXIV, a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, a que se refere o § 2º, terá prazo de oito anos. (NR)''	
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	